PROCESSO N.º 14/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

1 – DO OBJETO:

Locação de 02 (duas) áreas de terra, sendo 01 (uma) de 0,5270 hectares, Licença de Operação - LO n° 03/2020, e 01 (uma) de 0,7267 hectares, Licença de Operação - LO n° 01/2020, devidamente individualizadas, dentro de um todo maior, livre de qualquer ônus, para lavra de rocha para uso imediato na construção civil, a céu aberto, sem uso de explosivos, com britagem através de britador móvel e com recuperação de área degradada, de propriedade do Sr. Lorivo Sadi Pfeifer, situadas na localidade de Linha Morro Pelado, Município de Agudo/RS.

2 – DO FORNECEDOR (LOCADOR):

As áreas de terra a serem locadas estão inscritas no Registro de Imóveis, Comarca de Agudo, sob matrícula n° 3.631, fls. 01, Livro n° 2, sendo de propriedade do Sr. Lorivo Sadi Pfeifer, inscrito no CPF sob n° 074.464.110-15.

3 – JUSTIFICATIVA E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O município de Agudo/RS possui a absoluta maioria de suas estradas de terra, sendo aproximadamente 1.500 Km de chão batido, as quais, para sua manutenção e conservação, necessitam de colocação de saibro, de cascalho ou brita, isto em face de que as estradas locais são constituídas, basicamente, de terra pura e/ou areia, com pouca pedra ou material mais consistente, que garanta uma maior durabilidade e tráfego seguro em dias de chuva.

As áreas de terra a serem locadas pelo Município possuem licenciamento ambiental junto à FEPAM (LO n° 003/2020 e LO 01/2020), conforme referido no item 1, e junto à ANM, sob n° 810.135/2016 e n° 810.745/2020, respectivamente, para operação de extração do material, para britagem com britador móvel licenciado pelo processo ambiental LO n° 14/2021.

No município, são poucos os locais que possuem uma cascalheira com um bom tipo de cascalho, já que as características do material da jazida são fundamentais para as finalidades a que se destina, sendo mais uma saibreira, considerando as condições de localização e características do local e do material fornecido, atendendo plenamente os objetivos a que se destinam, quais sejam, de ser utilizado na conservação das vias locais, se tratando de finalidade precípua da Administração.

O município diligenciou com a finalidade de encontrar uma cascalheira/pedreira que se localizasse em um local estratégico, para atender a região central do município, na manutenção de vias não pavimentadas, especificamente as localidades de Rincão Despraiado, Linha Teotônia Sul, Várzea do Agudo, Cerro Chato, Rincão do Pinhal, Porto Agudo e Linha Branca. Após tal verificação, localizou-se as áreas descritas no item 1, que pela sua localização, para o fim que as mesmas se destinam e pelas características do material a ser extraído, atendem plenamente as necessidades da Administração.

4 – DA RETIRADA DO MATERIAL E DEMARCAÇÃO DA ÁREA:

4.1. O Município fará retirada do material de forma fracionada, conforme necessidade, sem aviso prévio ao proprietário.

4.2. O acesso aos locais deverá ser restrito apenas aos servidores, caminhões e maquinários do Município.

4.3. O proprietário deverá dar livre acesso à área, sob pena de rescisão contratual. A multa em caso de rescisão por motivos de impedimento de acesso a área pelo locador ou pelo não cumprimento de quaisquer Cláusulas será de 100% do valor do contrato.

5 – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. O valor locatício anual é de R\$ 1.650,00 (hum mil e seiscentos e cinquenta reais) para a área de 0,5270 hectares e de R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais) para a área de 0,7267 hectares, sem restrições de quantidades de materiais extraídos, sendo que o pagamento será efetuado em parcela única, até 15 (quinze) dias, após assinatura do contrato, na tesouraria da Prefeitura Municipal ou via sistema bancário.

5.2. No pagamento efetuado após a data de vencimento, por inadimplência do Contratante, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

6 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço estabelecido é compatível com os praticados no mercado, conforme laudo de avaliação do Setor de Engenharia do Município.

7 – DO REAJUSTE:

Os valores fixados item 5 poderão ser reajustados, depois de decorrido o prazo de 12 (doze) meses, com base na variação do índice do IGPM/FGV – Índice Geral de Preços Médios da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha substituí-lo.

8 – DA VIGÊNCIA:

O Contrato a ser celebrado, terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

9 – DOS RECURSOS:

A despesa decorrente do presente processo ocorrerá por conta da dotação orçamentária PJ 7433 – Rec 001.

10 – DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização dos serviços ficará a cargo do Sr. Maurício Angelo Kohls, Secretário de Infraestrutura, Obras, Serviços e Trânsito.

11 – FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações.

Agudo, 04 de março de 2021.

MAURÍCIO ANGELO KOHLS

Secretário de Infraestrutura, Obras, Serviços e Trânsito

Com base no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, Ratifico o presente Processo de Dispensa de Licitação.

Agudo, 04 de março de 2021.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal